

Elie Pierre Eid

IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

**Reconstrução da relação
entre Recursos e Ações
Autônomas de Impugnação**

Prefácio: Flávio Luiz Yarshell

Apresentação: Heitor Vitor Mendonça Sica

2022

 EDITORA
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

1222645

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPodivm

Diagramação: Isabella Giordano (giordano.bella@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

E34i Eid, Elie Pierre.
Impugnação das decisões judiciais: reconstrução da relação entre recursos e ações autônomas de impugnação / Elie Pierre Eid – São Paulo: Editora JusPodivm, 2022.

528 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-3807-3.

1. Direito Processual Civil. I. Eid, Elie Pierre. II. Título.

CDD 341.46

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

INTRODUÇÃO	27
Por que reconstruir a relação entre recursos e ações autônomas de impugnação?...	27
Perspectiva e importância do direito estrangeiro.....	37
A relevância da jurisprudência para este estudo.....	39
Delimitação da abordagem.....	40
Estrutura do trabalho.....	42

PARTE I**SISTEMA DE CONTROLE DOS ATOS JUDICIAIS E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO***Capítulo 1*

ELEMENTOS DE UM SISTEMA DE CONTROLE DOS ATOS JUDICIAIS.....	47
1.1. Características da atividade de controle judicial	48
1.2. Fundamentos para o controle da decisão judicial	53
1.2.1. Crítica ao duplo grau de jurisdição	55
1.2.2. O controle da jurisdição sobre a jurisdição.....	61
1.3. Amplitude e limitações do controle dos atos judiciais.....	67
1.4. Função de controle dos tribunais: complexidade de atribuições e variedade de mecanismos de acesso.....	73
1.5. Múltiplas vias de controle no processo civil	78
1.5.1. Controle de ofício, por exceção ou por objeção	79
1.5.2. Incidentes de controle.....	84
1.5.3. Controle por regras de competência.....	88
1.5.4. Controle por atos de cooperação judiciária nacional.....	96
1.5.5. Controle por meios de impugnação	99
1.5.5.1. Histórico da distinção entre recursos e ações de impugnação como mecanismos de controle.....	107
1.5.5.1.1. Evolução da distinção entre meios de impugnação para controle de invalidade e de injustiça da decisão.....	108

1.5.5.1.2.	As especificidades do direito brasileiro na divisão entre recursos e ações autônomas de impugnação.....	114
1.6.	Conclusão parcial: os meios de impugnação como elementos integrantes de um sistema de controle.....	123

Capítulo 2

SISTEMA DE CONTROLE E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO: SUPERAÇÃO DA DICOTOMIA ENTRE RECURSOS E AÇÕES AUTÔNOMAS		127
2.1.	Revisão sistemática do controle dos atos judiciais por meios de impugnação.....	129
2.1.1.	Justificativas tradicionais da impugnação por recurso	130
2.1.2.	Irrelevância do prévio exercício dos direitos de ação e de defesa para impugnação de ato judicial	135
2.1.3.	O direito de impugnar e a identidade entre recursos e ações autônomas de impugnação	145
2.1.4.	Meios de impugnação e o exercício do direito de impugnar contra o ato judicial	149
2.1.5.	Atuação recursal desatrelada do direito de impugnar	154
2.1.6.	Aproximação entre recursos, ações autônomas de impugnação e demandas impugnativas de outros atos jurídicos	156
2.2.	Falibilidade do sistema recursal e opções legítimas por ações autônomas de impugnação.....	162
2.2.1.	Ação autônoma de impugnação cabível por ausência de recurso....	165
2.2.2.	Ação autônoma de impugnação cabível por ineficiência do recurso.....	168
2.2.3.	Ação autônoma de impugnação cabível em paridade com o recurso.....	172
2.3.	Classificação dos meios de impugnação segundo o momento de empregá-los: proposta de sistematização	173
2.3.1.	Meios de impugnação cabíveis exclusivamente antes do trânsito em julgado	179
2.3.1.1.	Recursos.....	179
2.3.1.2.	Reclamação.....	183
2.3.1.3.	Embargos de terceiro	186
2.3.2.	Meios de impugnação cabíveis posteriormente ao trânsito em julgado	189
2.3.2.1.	Ação rescisória.....	189
2.3.2.2.	Ação de invalidação	194

2.3.2.3.	Mandado de segurança contra ato judicial	198
2.3.2.4.	<i>Habeas corpus</i>	205
2.3.2.5.	<i>Actio querela nullitatis</i>	207
2.3.2.6.	Impugnação ao cumprimento de decisão fundada em norma reconhecida inconstitucional anteriormente ao trânsito em julgado	213
2.3.2.7.	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)	216
2.3.2.8.	Impugnação da tutela antecipada antecedente estabilizada	220
24.	Conclusões parciais: identidade entre recursos e ações autônomas em torno do direito de impugnar e regime jurídico recursal.....	222

PARTE II

DINAMICIDADE DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO

Capítulo 3

PERFIL ESTRUTURAL E EQUIVALÊNCIA FUNCIONAL DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO

227

3.1.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito nos recursos e nas ações de impugnação	228
3.1.1.	Juízo de admissibilidade nos meios de impugnação	229
3.1.1.1.	Interesse em impugnar: interesse recursal e interesse para as ações autônomas de impugnação.....	233
3.1.1.1.1.	Necessidade do meio de impugnação: interferências recíprocas entre recursos e ações autônomas.....	241
3.1.1.1.2.	Utilidade dos meios de impugnação	247
3.1.1.1.3.	Interesse para o controle do capítulo decisório e interesse para controle da motivação	250
3.1.1.1.4.	Multilateralidade de interesses para impugnar: pluralidade de legitimados para a impugnação do ato judicial	253
3.1.1.1.4.1.	Pedido de extensão e aproveitamento decisório.....	260
3.1.2.	Juízo rescindente e juízo rescisório nos meios de impugnação	263
3.2.	Efeitos dos recursos em confronto com as ações autônomas de impugnação: interferência legal e identificação do regime jurídico recursal.....	267
3.2.1.	Efeito obstativo dos recursos e o momento do trânsito em julgado	269

3.2.1.1. Repercussões sobre a estabilidade da decisão judicial impugnada por recurso e por ação autônoma	274
3.2.2. Efeito devolutivo dos recursos e o objeto das ações autônomas de impugnação	280
3.2.2.1. Extensão do efeito devolutivo e extensão da ação autônoma de impugnação	284
3.2.2.2. Proibição de <i>reformatio in pejus</i> nos recursos e o dever de congruência nas ações autônomas de impugnação	290
3.2.2.3. Profundidade do efeito devolutivo e objeto das ações autônomas de impugnação	294
3.2.2.3.1. Recursos fundamentação livre e recursos de fundamentação vinculada.....	297
3.2.2.3.2. Ações autônomas de impugnação cabíveis anterior e posteriormente ao trânsito em julgado	302
3.2.2.3.3. Questões cognoscíveis de ofício nos recursos e nas ações autônomas de impugnação	305
3.2.3. Eficácia da decisão impugnada por recursos e por ações autônomas.....	308
3.2.3.1. Efeito suspensivo	313
3.2.3.2. Tutela provisória nos meios de impugnação	316
3.3. Conclusão parcial: equivalência funcional dos meios de impugnação e os efeitos recursais como características do regime jurídico recursal	319

Capítulo 4

CONVIVÊNCIA E INTERAÇÃO ENTRE MEIOS DE IMPUGNAÇÃO	323
4.1. Sucedâneos recursais: indefinição teórica e prevalência de um sistema de controle	324
4.1.1. Tratamento jurisprudencial do “sucadâneo recursal” e a desvalorização de um sistema de controle.....	329
4.1.2. Generalização do pré-questionamento?	332
4.2. Taxatividade nos meios de impugnação e regime jurídico recursal	335
4.2.1. Procedimento impugnativo e flexibilização procedimental	338
4.2.2. Complexidade da atuação judicial e insuficiência do modelo unidirecional decisão-recurso	344
4.2.2.1. Condutas omissivas	348
4.2.2.2. Atos judiciais no âmbito da cooperação judiciária nacional	351
4.2.3. Modalidades de limitação impugnativa	354
4.3. Unirrecorribilidade e multiplicidade de ataques contra atos judiciais: curso e litispendência impugnativa	358

4.4. Juízo de identificação, fungibilidade e saneamento	364
4.4.1. Dúvida objetiva, erro grosseiro e múltiplas formas de superação de formalismos.....	371
4.4.2. Releitura da boa-fé para a fungibilidade e a integração do sistema de correção de erros nos variados meios de impugnação.....	374
4.5. Impugnação coletiva de atos judiciais e ações autônomas de impugnação repetitivas	376
4.5.1. Impugnação coletiva de atos judiciais: a figura do <i>habeas corpus</i> coletivo.....	376
4.5.2. Outras vias para a tutela coletiva impugnativa	380
4.5.3. Ações autônomas de impugnação repetitivas	384
4.6. Conclusão parcial: convivência e interação entre meios de impugnação e a complexidade do controle dos atos judiciais.....	387

Capítulo 5

REDIMENSIONAMENTO DA RELAÇÃO ENTRE MEIOS DE IMPUGNAÇÃO E TRÂNSITO EM JULGADO	389
5.1. Limitações impugnativas e trânsito em julgado	389
5.1.1. Confronto entre as limitações impugnativas anteriores e posteriores ao trânsito em julgado.....	394
5.1.2. Dependência cognitiva no controle das questões de direito	400
5.1.3. Reflexos das estabilidades nas limitações impugnativas	402
5.2. Transformações no perfil de controle dos meios de impugnação	409
5.2.1. Acesso aos tribunais superiores: o modelo impugnativo dos recursos extraordinário e especial	409
5.2.1.1. Os reflexos da repercussão geral sobre o perfil impugnativo do recurso extraordinário	410
5.2.1.2. Os impactos do filtro de relevância e da técnica de recursos repetitivos sobre a utilidade do recurso especial	414
5.2.1.3. Características do sobrestamento dos recursos extraordinário e especial.....	418
5.2.2. Atual disciplina da ação rescisória: amplitude e funções	424
5.2.2.1. Alargamento do espectro da ação rescisória	424
5.2.2.1.1. Enunciado n. 343 de súmula do STF e a amplitude para o controle de violação à norma jurídica por ação rescisória	433
5.2.2.1.2. Ação rescisória e uniformização de jurisprudência: isonomia e segurança jurídica.....	438

5.2.3. Revisão do interesse para ação rescisória na sua relação com o trânsito em julgado	442
5.3. Conclusão parcial: reflexões sobre a relação entre meios de impugnação e trânsito em julgado.	451
CONCLUSÕES GERAIS.....	455
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	461